



Senadores que participarão da Comissão Parlamentar de Inquérito deverão ser indicados a partir de amanhã pelos líderes partidários

Partidos começam a indicar nesta semana integrantes da CPI

Com 54 assinaturas, requerimento para formação da comissão destinada a investigar irregularidades no Judiciário já foi publicado no *Diário do Senado*. Oposição discorda, mas vai participar dos trabalhos

Plenário vota fim do *kit* de primeiros socorros

PÁGINA 2

TV Senado e TVE fazem acordo de cooperação

PÁGINA 7



O requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar irregularidades no Poder Judiciário, apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (*foto*), obteve 54 assinaturas e foi publicado na sexta-feira no *Diário do Senado*. Amanhã, o presidente da Casa vai oficializar aos líderes partidários para que indiquem seus representantes na CPI, cujos trabalhos terão prazo de 120 dias, a partir da instalação.

O Bloco Parlamentar de Oposição divulgou nota, lida da tribuna pelo senador Tião Viana, comunicando que seus membros não assinariam o requerimento, por considerar a criação da CPI "uma tentativa de coagir a judicatura brasileira". Mas os senadores opositores participarão da comissão, adianta a nota, "propugnando para que a investigação respeite o regime democrático".

PÁGINA 3



SEGUNDA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 1999

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA

Terça-feira (30.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional); *PLC nº 13/99, que suprime o art. 112 do Código de Trânsito Brasileiro, visando acabar com a exigência do kit de primeiros socorros nos veículos automotores *PDL nº 143/98, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, sobre contrabando de armas, celebrado entre Brasil e Paraguai, na cidade de Assunção; e *PDL nº 145/98, que aprova o texto do Acordo para Criação da Comissão e Desenvolvimento Fronteiriço, celebrado entre Brasil e Argentina.

Quarta-feira (31.3.99)

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 1/99, que regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades; quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional); *PDL nº 146/98, que aprova o texto do Acordo sobre Isenção Parcial de Visto, celebrado entre Brasil e Tailândia; e *PDL nº 147/98, que aprova o texto da Convenção sobre Prevenção e Punição de Crimes Contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional, inclusive agentes diplomáticos, concluída em Nova York, em 14 de dezembro de 1973, com a reserva prevista no parágrafo 2º do art. 13 da Convenção.

COMISSÕES

▶ Quarta-feira - (31.3.99)

9h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: *PLC nº 8/99, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Sinmetro; *PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas; *PLC nº 11/97, que dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União; *PLC nº 21/97, que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis; *PEC nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; *PLC nº 6/99, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição; *PLS nº 89/98, que modifica a Lei Complementar nº 82/95; e *PDL nº 01/97, que susta os efeitos da aprovação do presidente da República à nota Conjuz/Minfra nº 0024/92, através da Exposição de Motivos nº 0019/92, do ministro de Estado da Infra-Estrutura, publicada em 24/3/92. Ala Senador Alexandre Costa - sala 5

ESPECIAL

▶ Quarta-feira (31.3.99)

12h - Cultura ao Meio-Dia

Filme: *O Rei Pasmado e a Rainha Nua* (El Rey Pasmado), de Imanol Uribe. Auditório Patrônio Portella

ILB realiza seminário *Visão Geral do Senado*

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) realiza no período de 5 a 9 de abril, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, o Seminário *Visão Geral do Senado Federal*, destinado aos servidores recém-ingressos, por contrato temporário, na Casa, preparando-os para melhor desempenharem suas atividades. No seminário, o ILB proporcionará aos participantes um treinamento introdutório de modo a familiarizá-lo com o Senado, fornecendo informações e conhecimentos básicos que permitirão maior e melhor desempenho de suas atribuições. A abertura do evento será feita pelo diretor-geral, Agaciel da Silva Maia, às 14h30 do dia 5. Em seguida, a diretora da Secretaria Administrativa, Paula Cunha, apresentará uma visão geral do Senado. No dia seguinte (6 de abril), o jornalista Fernando César Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social, fará uma abordagem geral sobre a comunicação social do Senado.

Na tarde do dia 7, a partir das 14h30, a diretora do Prodasen, Regina Célia fará uma apresentação sobre *Informática & Informação: aplicativos, sistemas de informação e banco de dados*. Em seguida, o diretor executivo do ILB, Mário Medeiros, falará sobre *Política de treinamento: missão, programas e metas*. No dia 8, às 14h30, o diretor da Secretaria de Pessoal, João Carlos Zoghbi, explicará os direitos, deveres, vantagens e benefícios do servidor. Logo após, o professor Antonio Telles de Vasconcellos exporá sobre atendimento ao público e ética profissional. Encerrando o seminário, no dia 9, o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carrero, detalhará a estrutura, finalidade e funcionamento do plenário, comissões e também da secretaria da Mesa.

Senado vota amanhã fim do kit de primeiros socorros

Se aprovado, projeto oriundo da Câmara vai a sanção presidencial. Na quarta, plenário discute regulamentação da coleta de sangue

O Senado vota amanhã o fim da obrigatoriedade do kit de primeiros socorros, determinada pelo Código de Trânsito Brasileiro. O projeto, de autoria do deputado Padre Roque (PT-PR), foi aprovado em janeiro na Câmara dos Deputados e será votado em regime de urgência pelo plenário do Senado. Se receber a aprovação dos senadores, a matéria segue para sanção presidencial.

A ordem do dia prevê ainda a votação

de acordos sobre contrabando de armas, celebrado entre o Brasil e o Paraguai, e sobre desenvolvimento de fronteiras, firmado com a Argentina.

Já na quarta-feira, o plenário analisa projeto que regulamenta a coleta, o processamento e a transfusão de sangue e proíbe a comercialização do sangue e hemoderivados. A proposta estabelece a obrigatoriedade da assistência médica na triagem de doadores e

determina a realização de testes individuais das amostras de sangue coletadas e a utilização de material estéril e descartável. Também cria, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados (Sinasan), formado pelos organismos operacionais de captação de doações, coleta, processamento e controle do sangue, e pelos centros de produção de hemoderivados.

CCJ discute na quarta fim dos juizes classistas e demissão de servidores

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), analisa na quarta-feira a proposta de emenda constitucional do ex-senador Gilberto Miranda que revoga dispositivos da Carta relativos à Justiça do Trabalho, extinguindo a figura do juiz classista. Será apreciado o parecer do relator, senador Jefferson Pêres (PDT-AM), sobre quatro emendas apresentadas em plenário.

O relator opinou pela aprovação de duas. A primeira altera a proporcionalidade da composição do Tribunal Superior do Trabalho, tornando-a, na opinião de Jefferson, mais adequada. A segunda emenda de plenário assegura o cumprimento dos mandatos dos atuais ministros classistas temporários do TST e dos juizes classistas dos tribunais regionais e juntas de conciliação e julgamento.

A CCJ aprecia ainda outras cinco maté-

rias, entre elas parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) favorável ao projeto de iniciativa do Executivo que regula a perda de cargo público motivada por excesso de despesa. Pelo projeto, a exoneração dos servidores deverá ser precedida de ato normativo do chefe dos Executivos, especificando a economia de recursos decorrente da medida, os órgãos objeto da redução de pessoal e informações relativas às indenizações.

Encontro organizado pelo PSDB debate futuro da social-democracia

O Instituto Teotonio Vilela, presidido pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), realiza amanhã de manhã, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, um seminário que contará com a participação dos professores Hélio Jaguaribe, Seymour Martin Lipset e Torcuato Di Tella. O evento faz parte da série de encontros internacionais que o instituto promoverá sobre o futuro da Social Democracia.

A abertura do seminário, às 9h, será feita pelo senador Lúcio Alcântara. Logo em seguida, Hélio Jaguaribe falará sobre os desafios da Social Democracia no Brasil. As 10 horas, o professor Seymour Martin Lipset fará sua exposição sobre a questão social da democracia nos Estados Unidos. Encerrando o evento, Torcuato Di Tella apresentará um projeto social democrata para

a América Latina.

Hélio Jaguaribe é decano do Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais e autor, entre outros, dos livros *A Proposta Social Democrata*, e *Brasil, Reforma ou Caos*. Atualmente ele dirige o projeto da Unesco *A Critical Study of History*. O professor Seymour Martin Lipset lecionou nas universidades de Harvard e de Stanford. Foi presidente da Associação Americana de Ciência Política e da Associação Americana de Sociologia.

O professor Torcuato Di Tella, cientista político argentino, é autor, entre outros títulos, de *La Sociologia de los Procesos Políticos* e de *Historia de los Partidos Políticos de América Latina*. Atualmente ensina no Instituto do Serviço Exterior da Nação e no Instituto Di Tella. As inscrições para o seminário



Senador Lúcio Alcântara é o presidente do Instituto Teotonio Vilela

podem ser feitas na sede do Instituto Teotonio Vilela ou pelo telefone (061) 311-3566.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

ACM pede amanhã indicação de membros da CPI

PMDB, PFL e PSDB terão, juntos, nove representantes na comissão, que dispõe de 120 dias, depois de instalada, para investigar denúncias de irregularidades. Bloco Oposição poderá apontar nomes de dois titulares

Somam 54 as assinaturas de apoio ao requerimento do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para a constituição de comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar irregularidades no Poder Judiciário. Amanhã, o senador vai oficiar aos líderes partidários para que indiquem os nomes que deverão representar suas legendas nessa CPI.

A participação de cada partido na

comissão será como se segue: quatro vagas para o PMDB, três para o PFL, duas para o PSDB e duas para o Bloco Oposição. Deverão ser indicados também os nomes de seis suplentes. Depois de instalada, a CPI deverá ter 120 dias para investigar os fatos que apontam irregularidades praticadas por integrantes de tribunais superiores, tribunais regionais e tribunais de Justiça.

Amparado no artigo 58 da Constituição federal, o requerimento de criação dessa CPI foi publicado na sexta-feira no *Diário do Senado* e lista cinco fatos determinados como motivadores de sua instalação. O requerimento, assim como a íntegra do discurso do presidente do Senado e os apartes feitos por senadores, estão disponíveis no *site* do Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br/>

Os cinco fatos que amparam o pedido de criação da CPI são os seguintes:

“a) licitação e contratação de obras e serviços sem observância das normas legais, tais como a construção do edifício-sede das Juntas de Conciliação e Julgamento da cidade de São Paulo;

“b) emprego irregular de recursos públicos, a exemplo do ocorrido no Tribunal Regional do Traba-

lho da Paraíba;

“c) nepotismo e nomeações irregulares, como o ocorrido nos Tribunais Regionais do Trabalho da Paraíba e do Maranhão;

“d) corrupção passiva e concussão praticadas por magistrados, a exemplo do ocorrido na Justiça estadual de São Paulo;

“e) casos de vultosas indenizações calculadas com o intuito de lesar o erário.”

Oposição discorda, mas terá representantes na comissão

O Bloco Parlamentar de Oposição no Senado Federal divulgou na sexta-feira nota na qual afirma que seus membros não assinarão o requerimento do presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, criando uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar denúncias de irregularidades praticadas por integrantes de tribunais superiores, de tribunais regionais e de tribunais de Justiça.

O documento, lido da tribuna pelo senador Tião Viana (PT-AC), afirma que o Bloco Oposição – integrado pelo PT, PDT, PSB e PPS – considera a criação da CPI “uma tentativa de se coagir a judicatura brasileira”.

Para o bloco, “há sérios problemas na magistratura, a ponto de deixar de ser a prestação jurisdicional, muitas vezes, expressão de justiça, e de negar o interesse público, de desmerecer a soberania, violar a dignidade da pessoa humana e de ignorar os valores sociais do trabalho”.

O texto apresentado pelo bloco também critica “a lentidão dos feitos e a demora na efetiva consecução dos julgados”. Para a oposição, tais fatos

diminuem a autoridade do Judiciário. Mas, mesmo ressaltando todos esses problemas, os parlamentares do bloco entenderam que a CPI é uma “in-devida ingerência do Poder Legislativo nas atribuições do Poder Judiciário”.

GARANTIAS

De acordo com a nota, o requerimento apresentado pelo presidente do Senado “não observa as garantias constitucionais asseguradas ao Poder Judiciário de autonomia administrativa e financeira e soberania de suas decisões, no exercício de suas funções jurisdicionais”.

A nota afirma ainda que, ao Congresso Nacional, cabe levar a efeito a “urgente reforma constitucional do Poder Judiciário, inexpressivelmente paralisada na Câmara dos Deputados”. O texto lembra que a oposição defende o controle externo para a gestão administrativa do Poder Judiciário, o que lhe confere legitimidade para proceder a críticas a este poder.

Segundo o documento, o bloco considera que a gravidade do momento, “a apontar para um quadro

de ameaças ao Estado Democrático de Direito”, não permite a omissão. Assim, caso seja instalada a CPI, indicará membros para as vagas que lhe couberem. Os membros do bloco na CPI propugnarão para que a investigação “respeite o regime democrático”.

INVESTIGAÇÕES

Na nota, o bloco deseja que a instalação da CPI permita à minoria ver também instaurados os processos de inquérito parlamentar para investigar “a condução de políticas no setor do sistema financeiro”; a “ação ilícita de empreiteiras no seio do poder político”; a “manipulação do processo de privatização das empresas de telecomunicações”; e a “corrupção de parlamentares” na votação da emenda da reeleição.

Ao encerrar a leitura da nota, Tião Viana manifestou sua posição, compartilhada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), de defender a instalação da CPI, mesmo sem endossar o requerimento de Antonio Carlos Magalhães. Para Tião Viana, o princípio defendido para a instalação da CPI “fala mais alto que as conseqüências”.



Viana leu a nota em que o Bloco Oposição aponta uma série de problemas no Judiciário, mas afirma que a CPI é uma interferência em outro poder

Lauro alerta para existência de ditadura dupla no Brasil



Lauro Campos teme que cinco CPIs em funcionamento esvaziem as sessões e os trabalhos normais do Senado

Ao comentar a sessão da última quinta-feira, quando o senador Antonio Carlos Magalhães fez denúncias sobre o Poder Judiciário e apresentou requerimento de criação de uma CPI para investigá-las, o senador Lauro Campos (PT-DF) alertou na sexta-feira para a existência de uma “biditadura” no Brasil. Segundo ele, uma parte, a do autoritarismo, estaria sendo exercida “óbvia e despidoradamente” pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e a outra parte, a do despotis-

mo, “vai se fortalecer aqui no Poder Legislativo sob o manto da restauração da dignidade, da moralidade, da ética e dos bons costumes”.

EFEITOS

O senador pelo Distrito Federal acredita que a crise econômica vai aprofundar-se ainda mais e trará efeitos sociais sem precedentes porque não haverá qualquer proteção do Estado para o trabalhador, levando ao exacerbamento do autoritarismo. Lauro teme que essa situação caminhe para uma divisão de poderes autoritários entre o Legislativo e o Executivo, antes que se chegue, inevitavelmente, ao parlamentarismo. “Jamais se viu uma intervenção do Poder Legislativo sobre o Poder Judiciário, desde que o princípio burguês iluminista da separação e do

equilíbrio entre os Poderes foi transformado na prática precária que conhecemos”, disse o senador.

– Portanto, este biautoritarismo será a nossa característica, a menos que haja um ressurgimento da consciência nessa restauração, nesse renascimento da consciência. Aquelas comissões parlamentares de inquérito que foram impedidas de funcionar foram desmoralizadas. O povo disse, a imprensa divulgou que as CPIs dão em *pizza* – disse Lauro Campos, para acrescentar que as comissões parlamentares de inquérito que resultaram em *pizza* não chegaram a funcionar “porque muitas delas, que contavam com o número mínimo de 27 assinaturas para a sua instauração, foram desfalcadas repentinamente. Os bravos colegas que assinaram o documento

retiraram sua assinatura, impossibilitando a instalação de algumas. Outras, depois de instaladas, não tiveram a indicação de seus membros, requisito para que pudessem funcionar”.

O senador alertou para o problema adicional de que ter cinco CPIs funcionando ao mesmo tempo vai esvaziar completamente as sessões e o conteúdo dos trabalhos normais do Senado. Lauro acredita que ninguém mais quer ser o pai do Plano Real depois que naufragou e o FMI teria que assumir a paternidade. “Aí Camdessus diz: não, nós não. Quem fez isso foram os brasileiros e o responsável pelo fracasso foi a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi para ganhar a eleição que o fracasso do Real, o seu desmascaramento, foi atrasado até depois da reeleição”, afirmou o senador.

Mozarildo defende novo pacto federativo

Diante da constatação de que os estados, municípios e a própria União estão "falidos", o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez um apelo na sexta-feira em favor da realização de um novo pacto federativo.

– Não acredito em solução para a profunda crise econômico-financeira que ora nos envolve sem, preliminarmente, darmos solução ao que vem colocando em risco o pacto federativo – afirmou.

Segundo Mozarildo, o governo federal poderá apaziguar os estaduais, estancando momentaneamente suas necessidades. No entanto, a solução mais eficaz para a superação da crise exige uma nova configuração geopolítica, avaliou:

– A atual configuração é injusta para os estados do Norte e Centro-Oeste, mas também para os do Sul e Sudeste, pois para lá migram milhares de habitantes das regiões pobres, levando ao agravamento dos problemas nas áreas de segurança, educação, moradia e emprego – salientou.

De acordo com o senador, a configuração geopolítica do Brasil apresenta distorções como a existência das imensas regiões Norte e Centro-Oeste, com mais de 2/3 da área do Brasil e apenas 10 estados, enquanto as regiões Sul e Sudeste têm sete estados, coincidentemente os mais ricos. Para ele, a falência de estados e municípios não constitui surpresa.

– É fruto de prática que vem de anos, de amesquinamento dos estados da Federação para que permaneçam subalternos ao Poder Central. Em consequência, as unidades federativas e os municípios, desprovidos de recursos, ficam isentos de responsabilidades com a coisa pública.

Em aparte, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) manifestou seu entendimento de que, em face da ausência de recursos, a saída será o aprimoramento dos serviços públicos. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) defendeu uma mudança nos critérios para a distribuição de verbas. E o senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou que o desmonte do Estado, associado ao enxugamento da máquina, representa "o êxito do Plano Real".



Mozarildo Cavalcanti diz que a atual configuração geopolítica do país é injusta

Crise no Paraguai é um duro golpe para o Mercosul, diz Lúdio

Senador alerta que só a confiança e a previsibilidade das ações de governo formam ambiente favorável aos negócios

O assassinato do vice-presidente do Paraguai, Luís Maria Argaña, no último dia 23, constitui, na opinião do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), séria ameaça à ordem democrática do Paraguai. Para o senador, o episódio também representa um "duro golpe" para o Mercosul.

– Desta feita, a crise não está circunscrita às vicissitudes econômicas, mas, antes, reveste-se de extrema gravidade, na medida em que pode atingir profundamente as instituições de uma jovem democracia – declarou Lúdio da tribuna do plenário, na sexta-feira.

Lúdio considera a manutenção do Estado de Direito condição essencial ao processo de integração e ao estreitamento contínuo das relações entre os quatro países que compõem o Mercosul. Segundo ele, somente a confiança e a previsibilidade das ações de governo formam, no mundo atual, o ambiente favorável aos negócios.

– O processo de integração deve ter como fim último não apenas a liberalização do comércio entre as nações, mas também a construção de sociedades crescentemente prósperas e justas, alicerçadas no respeito aos direitos humanos e no exercício da democracia – afirmou.



Lúdio espera que o assassinato do vice-presidente não resulte em "aventuras extra-constitucionais"

O senador, que é presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, ressaltou o fato de que os países-membros do tratado mobilizaram-se rapidamente para repudiar os atos de violência verificados no Paraguai. Da mesma forma, disse que os parlamentos do Mercosul sempre reiteraram a sua preocupação em salvaguardar a liberdade, a paz, a democracia e a vigência dos direitos humanos.

Lúdio observou que o Mercosul dispõe de instrumentos que garantem a ordem democrática na região. Um dos protocolos integrantes do Tratado de Assunção afirma que a ruptura da or-

dem democrática em qualquer dos países-membros implica a aplicação de medidas que vão desde a suspensão do direito de participar dos órgãos do Mercosul até a suspensão dos direitos e obrigações constantes do processo de integração.

– Desejamos expressar nossa esperança de que o desafio representado pelo episódio de violência política que vitimou o vice-presidente do Paraguai resulte não em aventuras extra-constitucionais, mas sim no aperfeiçoamento e amadurecimento do Estado de Direito naquele país irmão – concluiu o senador.

Patrocínio pede entendimento entre Senado e Câmara sobre leis autorizativas

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pediu providências para resolver divergência de entendimento entre a Câmara e o Senado quanto à tramitação dos projetos de lei autorizativa. Devido a essa discordância, informou, foi arquivado projeto de lei do Senado criando a Escola Técnica Federal de Miracema do Tocantins e rejeitados outros dois projetos que permitiam a criação de escolas técnicas federais naquele estado.

As matérias foram rejeitadas devido ao entendimento da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de que projetos dispostos sobre criação de escolas ou autorizando o Executivo a criar universidade são inconstitucionais. Patrocínio observou que esse não é o entendimento do Senado, pois parecer sobre o assunto, dado pelo então senador Josaphat Marinho, considerou constitucionais os projetos de lei autorizativa.

Patrocínio citou ainda observações feitas pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, esclarecendo que o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência. Os Poderes são autônomos, o



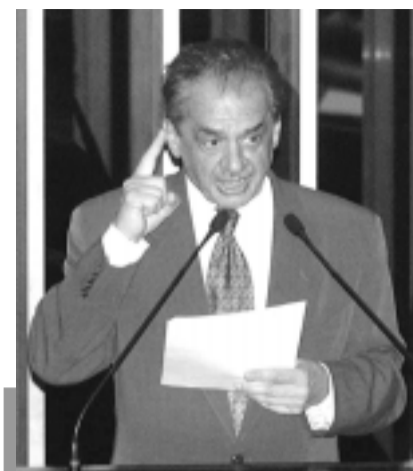
Patrocínio considera "exdrúxula" a divergência de entendimento entre as duas Casas

que permite procedimento conjugado, de acordo com as observações de Alcântara citadas por Patrocínio.

– Os regimentos das duas Casas se contradizem. Mas, se todas as proposições devem obrigatoriamente tramitar pelas duas Casas do Congresso, ambos os regimentos devem falar a mesma linguagem. Afinal, de nada adianta um parlamentar apresentar uma proposição, acompanhar toda sua tramitação, vê-la aprovada na Casa onde deu entrada e nas comissões temáticas para, finalmente, a matéria ser arqui-

vada por uma questão regimental – frisou Patrocínio.

Ele observou que é importante a criação dessas escolas para o desenvolvimento de seu estado e pediu providências para solucionar essa situação, que qualificou de "esdrúxula". Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) concordou com Patrocínio, dizendo que é "descabida" a posição da Câmara com relação ao assunto, e também pediu uma solução para que haja entendimento entre as duas Casas.



Simon destaca "diálogo de respeito recíproco entre um político e um jornalista"

Simon divulga troca de cartas com jornalista

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu na sexta-feira a transcrição nos Anais do Senado de sua troca de cartas com o jornalista Hélio Fernandes, da *Tribuna da Imprensa*. "Alguns podem pensar que se trata de um ato de puro narcisismo. Não é.

Quero mostrar como pode ser profícuo o diálogo de respeito recíproco entre um político e um jornalista. Como seria bom se fosse sempre assim o relacionamento entre esses dois setores", afirmou.

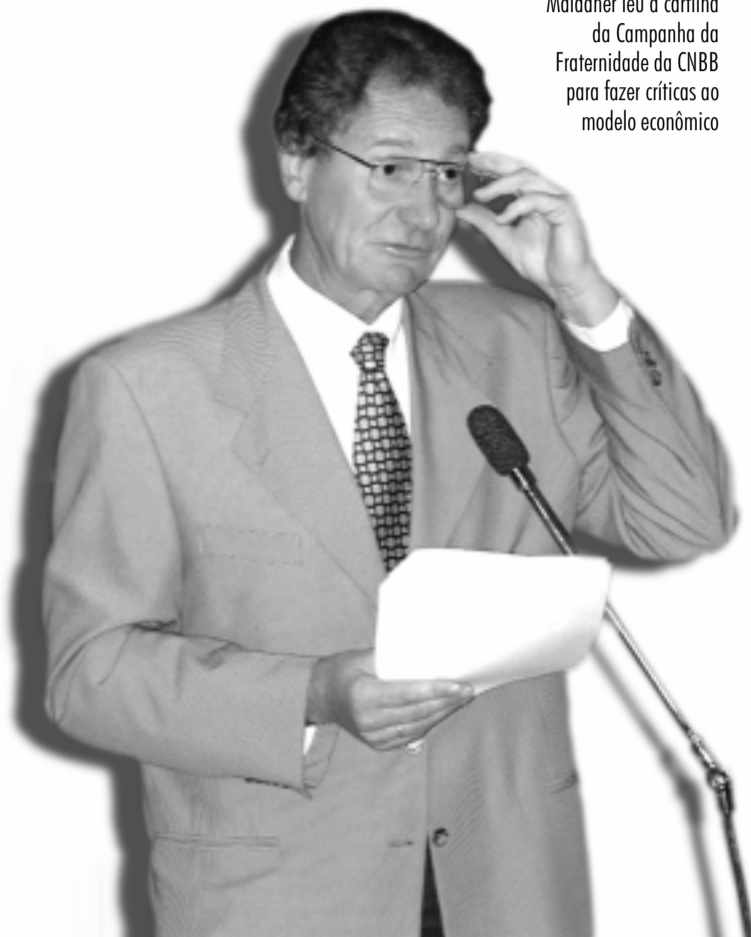
Segundo Simon, Hélio Fernandes em sua coluna do dia 4 de março passado teceu "inexatos comentários" sobre seu encontro com o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, que lhe trouxeram problemas com a classe política do estado. "Como sou seu amigo há muitos anos, decidi enviar-lhe uma carta, explicando como funciona o relacionamento entre o governador e as bancadas gaúchas no Congresso para defesa dos interesses intrínsecos do estado, acima das divergências partidárias."

O senador pelo Rio Grande do Sul declarou-se magoado com o jornalista quando ele escreveu que "Simon dá uma no cravo e outra na ferradura", referindo-se aos seus elogios ao ex-ministro Mendonça de Barros, durante sua arguição no Senado. "Ele reconheceu que fui duro ao pedir sua renúncia, mas não concordou com os elogios a alguém que, segundo ele, deveria estar preso e condenado por vários episódios desde 1970", explicou.

Para Simon, apesar das muitas divergências que tem com Hélio Fernandes – em especial sobre o presidente Fernando Henrique Cardoso, de quem o senador é amigo e o jornalista crítico ácido – a amizade entre os dois mostra que o respeito e o trabalho mútuo em prol do Brasil é possível mesmo entre duas pessoas que lutam "em trincheiras diferentes".

Maldaner propõe projeto de desenvolvimento

Para o senador, foi um “grave erro” a entrega do Brasil aos “arautos da imediata globalização” e a tarefa de modernização precisa ter como base um projeto econômico que vise ao autodesenvolvimento



Maldaner leu a cartilha da Campanha da Fraternidade da CNBB para fazer críticas ao modelo econômico

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) qualificou de “leviano” o programa de globalização adotado no Brasil, que considera lesivo aos interesses do país, e defendeu a sua substituição por um projeto de modernização e de desenvolvimento. Maldaner manifestou sua opinião em discurso na sexta-feira sobre a Campanha da Fraternidade de 1999. Com o tema *Sem trabalho... por quê?*, a campanha desenvolvida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) critica a rápida circulação do dinheiro existente na atual economia transnacional.

O documento da campanha, segundo o senador, cita o presidente do Bundesbank, o Banco Central da Alemanha, para quem “os homens políticos estão sob o controle dos mercados financeiros”. Segundo Maldaner, “a globalização adotada pelo Brasil contém equívocos relevantes que precisam ser corrigidos com a máxima urgência”.

Para o senador, foi um “grave erro” a entrega do Brasil aos “arautos da imediata globalização”. Na avaliação de Maldaner, a tarefa de modernização precisa ter como base um projeto econômico que vise ao autodesenvolvimento. O senador afirmou que essa preliminar maior foi esquecida e sobreveio “a crise que assola o país, elevando os índices de

pobreza e desemprego de forma perigosa para a paz social”.

A cartilha da campanha “não responsabiliza o governo, de forma exclusiva, pelo problema”. Mas adverte que, pelo ângulo da cidadania, “o que está acontecendo com a maioria de nosso povo é um flagrante desrespeito à Constituição”. Cita o artigo 170 da Carta, segundo o qual “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”.

A CNBB, segundo o senador, qualifica como iníquo, nefasto e idolátrico “o neoliberalismo capitalista que sacrifica a dignidade do ser humano e a integridade do meio ambiente às exigências cegas de mercado”. Também conclama os brasileiros a uma reflexão e a uma “indignação ética que tenha conseqüências”.

Casildo Maldaner disse ainda que o desemprego é “a grande causa dos assaltos e dos tormentos” gerados pela insegurança nos grandes centros urbanos. Finalizou dizendo que pouco adianta o Brasil ter um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 900 bilhões se não incluir na divisão do bolo os 160 milhões de brasileiros.

Em aparte, o senador Lauro Cam-

pos (PT-DF) afirmou que há duas soluções antagônicas: ou se maximiza o lucro ou se maximiza a vida. Para ele, o governo brasileiro tomou a decisão de criar dois exércitos: um de trabalhadores sem carteira assinada e outro de desempregados.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou os dados citados pelo senador Tião Viana (PT-AC) sobre Cuba, onde o gasto em saúde por habitante, que é dez vezes menor do que o brasileiro, confere a sua população índices sociais de países desenvolvidos.

Luiz Estevão quer manter verbas para Santas Casas

O financiamento de R\$ 200 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as Santas Casas de todo o país – cuja aprovação foi anunciada pelo governo federal – vai ajudar a manter essas instituições e melhorar os serviços de saúde, disse o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) na sessão plenária de sexta-feira.

O senador pediu continuidade na ajuda financeira para essas instituições, alegando que as Santas Casas vêm enfrentando sérios problemas para a manutenção dos serviços à população.

O Distrito Federal, anunciou, também terá uma Santa Casa no próximo ano. O projeto conta com o apoio do próprio senador, que será o responsável pela instalação da instituição, e do secretário de Saúde do Distrito Federal, Jofran Frejat. O apoio financeiro a essas instituições, responsáveis por 60% do atendimento em saúde pública no país, vai melhorar o atendimento à população mais carente e diminuir os custos da rede pública hospitalar, disse o senador peemedebista:

– Essa ajuda financeira do BNDES é um reconhecimento tardio do governo para as Santas Casas, mas oportuno, pois essas instituições vêm acumulando prejuízos. Seus mantenedores foram se afastando e elas não cobram pelos seus serviços. As Santas Casas são o maior centro de excelência no atendimento à saúde pública no país – afirmou.

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse que em Tocantins também não há Santa Casa. Ele elogiou os serviços prestados por essas instituições em todo o país. Também o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu melhorias nas condições de funcionamento das Santas Casas que já existem no país, lembrando que em Roraima e no Amapá ainda não funcionam tais hospitais.

Jucá pretende coibir consumo de álcool em vôo doméstico

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), examina, em caráter terminativo, projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que proíbe a distribuição gratuita de bebidas alcoólicas em aviões comerciais em território nacional. A proposta permite, no entanto, a venda dessas bebidas nas aeronaves, podendo o consumo ser suspenso a critério do seu comandante.

Segundo Jucá, as empresas aéreas constataram que a maioria dos problemas a bordo dos vôos é causada por passageiros alcoolizados, em decorrência do aumento do efeito do álcool sobre o organismo por causa da pressão a bordo.

“Outro fato importante é a possibilidade de redução do preço das tarifas com a retirada da distribuição gratuita, que, sem dúvida, entra no cômputo dos custos das passagens aéreas”, explica o autor do projeto.



Jucá: álcool a bordo é causador de tumultos

Tocantins precisa de investimentos, afirma Eduardo Siqueira Campos

Em vez de empréstimo para reduzir despesas com pessoal, o estado de Tocantins precisa de recursos para investimentos em sua infraestrutura, disse na sexta-feira o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). “Tocantins não precisa de empréstimo para demitir funcionários ou para socorrer banco quebrado. O estado precisa de investimentos para a infraestrutura agrícola. Exigimos a criação da Universidade Federal de Tocantins e o resgate do crédito para programas de investimentos, previsto nas Disposições Transitórias da Constituição, que até hoje não tivemos”, reclamou o senador.

O comentário do senador foi motivado pelo conteúdo do memorando de política econômica apresentado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, realizada na quarta-feira. Um dos itens do documento, relacionado à política fiscal, faz referência a um “ajuste adicional necessário”, que deverá ser feito pelos governos estaduais. O texto afirma que as reformas administrativa e previdenciária fornecem o quadro legal para esse ajuste, que passa pela redução das folhas de pagamento de servidores públicos

das unidades da Federação.

Para isso, continuou Eduardo Siqueira Campos, o Ministério da Fazenda revela que um empréstimo junto ao Banco Mundial irá oferecer recursos para a adequação dos gastos de pessoal dos estados, por meio de programas de demissão de servidores.

Segundo o senador, o seu estado está em situação privilegiada quanto à proporção das despesas com servidores sobre a receita: apenas 43% dos recursos estão comprometidos com salários e, por isso, não necessitará do referido financiamento:

– Esse quadro foi atingido com sacrifícios da população e do próprio serviço público. O estado realizou todos os ajustes e privatizou o que podia – afirmou Eduardo Siqueira Campos, ressaltando o esforço do governo em baixar os gastos com pessoal, que chegaram a 70% da arrecadação em 1994.

O senador registrou ainda em seu discurso o fato de a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda ter abandonado a idéia de baixar a alíquota de importação de produtos agropecuários. Sob o argumento de controlar os preços da cesta básica, os técnicos do



Segundo o senador, Tocantins gasta com servidores apenas 43% de sua receita

governo chegaram, segundo ele, a aventar tal possibilidade, o que, na sua avaliação, traria “efeitos terríveis aos agricultores” e representaria “mais um atentado contra o produtor nacional”:

– Seria a falência da agricultura nacional, que, nos últimos anos, reduziu sua área plantada. O que necessitamos é de uma política agrícola de apoio ao produtor rural – reivindicou o senador, ressaltando a vocação agrícola de seu estado.

Jonas anuncia "agenda positiva" no setor madeireiro

Estabelecimento de nova política para a área é apontado pelo senador como um dos resultados da reunião em que governo aceitou liberar as autorizações para transporte de produtos florestais que estavam suspensas há um mês

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) informou que o governo e o setor privado definiram propostas de "construção de uma agenda positiva para o setor madeireiro". Entre elas estão o abastecimento baseado em planos de manejo florestal sustentado de áreas públicas e privadas, o estabelecimento de uma política para o setor industrial de base florestal, formas de financiamento e a criação de um Fundo de Reposição Florestal.

As medidas para o setor, como esclareceu o senador em discurso na sexta-feira, foram definidas na reunião com representantes do setor madeireiro, quinta-feira, no Ministério do Meio Ambiente. Nesse encontro, o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, concordou em liberar parcialmente as Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPFs), suspensas em

fevereiro. Jonas Pinheiro relatou que as decisões foram adotadas depois de "muito diálogo, às vezes ríspido".

LIBERAÇÃO

As ATPFs estão liberadas para planos de manejo florestal sustentado, para desmatamentos já efetivados e autorizados e para desmatamentos com autorizações concedidas anteriormente e, portanto, em andamento, detalhou o senador. Nos dois últimos casos, a liberação será imediata para propriedades de até 200 hectares com 20% ou 20 hectares (o que for menor) de área desmatada, e para propriedades maiores que 200 hectares, desde que já vistoriadas pelo Ibama, acrescentou.

Jonas Pinheiro adiantou que as novas solicitações de desmatamentos deverão cumprir os procedimentos a serem definidos em conjunto com o setor madei-



Jonas Pinheiro também apoiou manifesto divulgado pelas entidades em defesa da agricultura

reiro e os estados da Amazônia.

MANIFESTO

O senador também solicitou a transcrição integral, nos Anais da Casa, de manifesto divulgado pela Organização das Cooperativas Brasileiras, Confe-

deração Nacional da Agricultura, Associação Brasileira de Agrobusiness e Sociedade Rural Brasileira. No documento, as entidades manifestam a preocupação do setor agropecuário frente a notícias de que o governo estuda a re-

vogação da Lei Kandir e a adoção de taxações confiscatórias sobre os produtos agrícolas.

As entidades sugerem ao governo o agendamento de reuniões periódicas com o setor, para monitorar a evolução dos mercados enquanto a taxa de câmbio não chegar a um nível sustentável de equilíbrio. Elas também propõem que as autoridades econômicas não adotem nenhuma medida tributária que represente confisco de renda do setor exportador ou fortaleça a posição dos importadores.

O documento ainda recomenda que "o governo não ceda à pressão internacional para redução de tarifas de importação ou para a redução dos programas de apoio às exportações brasileiras, sempre convocando as entidades representativas para participar das negociações", leu o senador.

Marluce defende mais verbas para Calha Norte

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) defendeu na sexta-feira a dotação de R\$ 20 milhões anuais para o programa Calha Norte. "Erroneamente, ele foi estigmatizado como um projeto militar. Não é, nem jamais o foi. Nascido para promover a ocupação racional da Amazônia, ele busca alternativas para minimizar as desigualdades regionais, atendendo a população fronteiriça em suas mínimas necessidades sociais", enfatizou.

Segundo Marluce, o programa precisa de verbas para aplicação em infra-



Marluce garante que o Calha Norte busca alternativas para promover a ocupação racional da Amazônia

estrutura viária, implantação de centrais de energia elétrica e centros de comu-

nicação. "Mais urgente, ainda, são recursos para reforma e construção de novos postos avançados e manutenção da saúde, educação, proteção e assistência não só às comunidades indígenas, mas extensivo aos núcleos populacionais ribeirinhos, urbanos e rurais", disse.

A senadora por Roraima estimou em R\$ 20 milhões a quantia mínima para a manutenção do projeto Calha Norte. "Apesar de tantos benefícios que traz às populações fronteiriças, o projeto sucumbe por absoluta falta de recursos e, por que não dizer, pela falta de vontade e decisão políticas. Na proposta

do governo de Orçamento para 1999, o projeto foi varrido da programação. A muito custo, conseguimos aprovar, na Comissão Mista de Orçamento, R\$ 5 milhões."

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou que o Calha Norte, se for reativado como deve, trará benefícios não para a Amazônia, mas para o Brasil. Marluce Pinto congratulou "mais um a batalhar pelo programa. A Amazônia não pode continuar despovoada e abandonada porque ataca a cobiça dos estrangeiros", concluiu a senadora por Roraima.



BR "é uma das obras mais importantes para o Amapá", afirma Gilvam Borges

Gilvam quer a BR-156 no Brasil em Ação

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ocupou a tribuna do plenário na sexta-feira para pedir que o presidente Fernando Henrique Cardoso volte a incluir as obras de pavimentação da BR-156 no programa Brasil em Ação. Segundo o senador, trata-se de um empreendimento estratégico para o país. — Essa é uma das obras mais importantes para o desenvolvimento do Amapá — argumentou Gilvam, insatisfeito com o corte de recursos para a construção da rodovia em seu estado. O senador também comunicou ao plenário que se reuniu com o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para reivindicar a retomada das obras da BR-156.

Viana sugere medidas simples contra mortalidade materna

Medidas simples como exames de urina e pré-natal poderiam reduzir em 50% a taxa de mortalidade materna na Amazônia. Essa afirmação foi feita pelo senador Tião Viana (PT-AC) na sexta-feira ao criticar atuação da Fundação Nacional de Saúde (FNS). Para o senador, o problema não está na falta de recursos, mas na insensibilidade e na omissão dos gestores da FNS nos estados. "A Fundação Nacional de Saúde é um caso de polícia", afirmou Tião Viana.

O senador comparou os índices de mortalidade materna no Brasil com os de outros países. Segundo dados do Unicef, no Brasil morrem 160 gestantes, devido a complicações decorrentes de gravidez e parto, por grupo de 100 mil partos de crianças vivas, enquanto na Argentina as mortes chegam a 44, no Chile 23 e em Cuba 24. "Para mim é difícil entender como a 10ª economia do mundo está tão perto do Sudão e tão longe do Chile, de Cuba e

da Argentina. Nem 10% das mulheres têm acesso a exames ginecológicos no Acre", protestou o senador.

Tião Viana sugeriu que sejam punidos os municípios e estados que recebem recursos da FNS e não atinjam índices predefinidos de mortalidade materna e infantil. "Não é só repassar recursos, mas cobrar resultados nos índices. O Brasil precisa ter responsabilidade com seus indicadores para poder mudar a realidade", afirmou o senador.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), em aparte, defendeu a descentralização do Serviço Único de Saúde (SUS) para os estados e a modificação da FNS para uma agência normatizadora e fiscalizadora do Plano Nacional de Saúde (PNS). Mozaril-

do concordou com Tião Viana que o maior problema da FNS é o gerencial. Para ele, a FNS deveria desativar imediatamente as delegacias estaduais, e a

Senador compara índices de mortalidade e diz que o Brasil está perto do Sudão e longe do Chile, de Cuba e da Argentina

punição defendida por Viana para municípios e estados que não atinjam os índices desejados deveria ser estendida ao nível federal. Segundo Mozarildo, a corrupção e os apadrinhamentos políticos estão, principalmente, no nível federal. "Aqui em Brasília está o maior câncer da saúde no Brasil", opinou.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que "infelizmente, no Brasil, a administração pública cresce como rabo de cavalo". Jefferson explicou que a FNS substituiu o antigo Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp) que, segundo ele, era imune

a interferências políticas e implantou um excelente trabalho na região amazônica, especialmente na área de saneamento básico. "A Fundação Nacional de Saúde é um órgão desmontado, sucateado e sofre interferência política", afirmou o senador. Jefferson Péres defendeu a convocação do ex-presidente da FNS para explicar o que aconteceu durante sua gestão.

Tião Viana informou que já solicitou audiência com o novo presidente da FNS para analisar a situação do Acre e discutir alternativas para reverter o quadro da mortalidade materna no estado e na Amazônia. Segundo o senador, é possível modificar a situação atual com a adoção de exames simples, fazendo com que o índice de mortalidade caia 50% em pouco tempo. "Cuba gasta US\$ 20 por pessoa, com saúde, e tem índices comparáveis aos do Canadá. O Brasil gasta mais de US\$ 200 por pessoa", revelou o senador.

Agripino propõe na TV prioridade à reforma política

Em entrevista à TV Senado que irá ao ar hoje, o senador José Agripino Maia (PFL-RN), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), defende a reforma política como tema prioritário de discussão no Congresso ainda neste semestre. Segundo o senador, "o país não vai sair da crise enquanto não houver uma reforma institucional e política. Hoje a coisa mais fácil é criar e manter um partido político. Muitas vezes um cidadão é eleito e, logo após as eleições, muda de partido em função de interesses

personais". O programa irá ao ar nos seguintes horários: 4h30, 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

Para Agripino, a reforma pretende mudar essa situação com uma série de medidas como a fidelidade partidária, a cláusula de desempenho para a existência de partidos, o financiamento público para as campanhas eleitorais e o voto distrital. "É um elenco de providências que nós pretendemos eleger como tema prioritário nesse primeiro semestre e que vai seguramente à CCJ para discussão."

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Ginástica Restauradora
7h30 – Especial Unip – Reabilitação de amputados – 3ª parte
7h55 – Senado em Pauta
8h – Saúde Todo Dia – Hidroginástica para gestantes
8h30 – Jornal do Senado
8h55 – Senado em Pauta
9h – Cores do Brasil – Espírito Santo
9h30 – Entrevista – O senador José Agripino explica as principais propostas da reforma política-partidária
9h55 – Senado em Pauta
10h – Cores do Brasil – Paraná
10h30 – Saúde Todo Dia – Ginástica Restauradora
10h55 – Senado em Pauta
11h – Especial Unip – Reabilitação de amputados – 3ª parte
11h30 – Espaço Cultural – Madrigal de Brasília
12h30 – Entrevista – O senador José Agripino explica as principais propostas da reforma política-partidária
12h55 – Senado em Pauta
13h – Cores do Brasil – Diamantina
13h30 – Cidadania – O senador Nabor Júnior e a professora Tânia Montoro falam sobre a violência na TV
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 – Entrevista – O senador José Agripino

explica as principais propostas da reforma política-partidária
19h – Cidadania – O senador Nabor Júnior e a professora Tânia Montoro falam sobre a violência na TV
20h – Cores do Brasil – São Luís do Maranhão
20h30 – Entrevista – O senador José Agripino explica as principais propostas da reforma política-partidária
21h – Jornal do Senado
21h15 – Cidadania – O senador Nabor Júnior e a professora Tânia Montoro falam sobre a violência na TV
21h55 – Senado em Pauta
22h – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – "A Voz do Brasil"
Em seguida – Música e informação
20h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Nordeste"
Em seguida – Música e informação
21h – "Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida – Música e informação
21h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste"
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

TV Senado e TVE firmam acordo de cooperação

O convênio prevê colaboração na produção jornalística e abre espaço para que as duas emissoras promovam co-produções

O Senado Federal e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (TVE) assinaram na sexta-feira um convênio de cooperação técnica visando à colaboração mútua de suas atividades jornalísticas, educativas e culturais. Assinaram o documento, pelo Senado, o diretor-geral Agaciél da Silva Maia, e, pela TVE, o seu diretor-presidente, Mauro Alves Garcia.

Segundo Agaciél Maia, o Senado tem uma preocupação grande com a qualidade da divulgação de suas informações. Ele acrescentou que existe um trabalho constante de buscar aprimorar todo o sistema de comunicação da Casa, visando a uma aproximação cada vez maior com a sociedade.

Falando em nome da TVE, Mauro Garcia destacou que, enquanto as emissoras comerciais procuram reproduzir em sua programação o lado de "mundo cão" da sociedade, o sistema de TV educativo e institucional (como é o caso da TVE e da TV Senado) busca, com seus programas, despertar cidadania na população, para

incentivar o indivíduo a descobrir o seu lado social.

De acordo com as cláusulas que regem o convênio, cabe à TV Senado ceder à TVE material informativo em formato televisivo profissional relativo às atividades do Senado e do Congresso, além de ceder programas especiais e outros materiais que necessitem de equipamentos de computação gráfica.

Em contrapartida, a TVE cederá à TV Senado material de arquivo para a produção de matérias e programas especiais, imagens e material informativo referente a sua cobertura jornalística, além de tornar disponíveis programas especiais já exibidos na sua programação. O



Agaciél Maia (centro) assinou documento ao lado de Fernando Cesar Mesquita e de diretores da TV Educativa

convênio também possibilita que as duas emissoras realizem matérias e programas em regime de co-produção.

O convênio determina que a cessão de matérias ou programas não implicará ônus financeiro para a parte beneficiada. Tanto a TVE quanto a TV Senado poderão buscar parcerias para a realização de co-produção.

Seminário mostra Agência e Jornal do Senado a assessores

No segundo e último dia do seminário *Comunicação Social no Senado e os Gabinetes Parlamentares*, os diretores dos serviços responsáveis pela Agência Senado, *Jornal do Senado*, Relações Públicas e Projetos Especiais, além da unidade Técnica de Eletrônica, mostraram na manhã de sexta-feira aos assessores dos senadores responsáveis pela divulgação os trabalhos atualmente desenvolvidos na Casa e o valor da parceria para ampliar o alcance da comunicação.

A primeira palestra foi do diretor da Agência Senado, José do Carmo Andrade. Ele apresentou as atividades do órgão, que responde pela cobertura jornalística dos trabalhos da Casa para a distribuição de noticiário, em tempo real, a jornais nacionais e regionais, emissoras de rádio e televisão e principais agências de notícias privadas do país. A Agência também produz o noticiário do *Jornal do Senado*. O diretor informou que as matérias ficam disponíveis na Internet logo após sua elaboração e são enviadas a 110 veículos de comunicação pelo serviço "Datafax", da Embratel.

Um levantamento das visitas realizadas ao site da Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secs), a partir do último dia 3, revelou que até o início da noite do dia 26 os serviços da Agência Senado (Notícias e Tempo Real) ficaram com 6.700 acessos de um total geral de 12.656.

O campeão de consultas foi o serviço de Tempo Real, com 3.680 acessos, seguido do noticiário (Notícias), com 3.020, a TV Senado, com 2.786, Senadores na Mídia (serviço da Subsecretaria de Projetos Es-

peciais), com 2.219, o *Jornal do Senado*, com 2.102 acessos, e a Rádio Senado, com 1.577.

Após a exposição sobre a Agência Senado, os assessores de comunicação dos gabinetes puderam conhecer o trabalho do *Jornal do Senado*, apresentado por seu diretor, Flávio de Mattos. Ele discorreu sobre os critérios de edição do jornal, cuja tiragem atinge 45 mil exemplares, distribuídos em todo o país. Ele observou que o jornal constitui-se em importante fonte para elaboração de pautas pela imprensa. Flávio de Mattos esclareceu, também, a prioridade ao trabalho das comissões e do plenário com relação ao noticiário do jornal.

O diretor da Subsecretaria de Relações Públicas, Vinícius Becker Costa, apresentou em seguida uma visão de todas as atividades desenvolvidas no setor e manifestou interesse em estreitar o intercâmbio com os gabinetes, para melhorar ainda mais esse trabalho. Além das atividades "clássicas" de RP, como definiu, Becker destacou a importância de serviços pioneiros como o de Ouvidoria por meio de um telefone 0800 inteiramente gratuito, que em pouco mais de dois anos já registra mais de 80 mil chamadas para os senadores, com solicitação de materiais legislativos, encaminhamento de críticas e sugestões.

Na área de Projetos Especiais, o diretor da subsecretaria, Marco Antonio Paes Reys, apresentou todos os serviços disponíveis por meio da Internet, entre eles os acessos aos veículos de comunicação da Casa e o *clipping* eletrônico que cobre as referências aos parlamentares feitas nos principais jornais do país.

Nabor defende qualidade em programas de rádio e televisão

Existem atualmente no Congresso Nacional 20 projetos que tratam da televisão e da sua influência na vida dos cidadãos. A TV Senado convidou a professora Tânia Montoro, da UnB, e o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) para debater esse assunto no programa *Cidadania*, que irá ao ar hoje, à 1h, 5h, 13h30 e 21h15.

Um dos assuntos da entrevista foi a iniciativa do secretário de Direitos Humanos, José Gregori, de criar um manual de qualidade para a televisão com o objetivo de diminuir a violência na TV.

O senador Nabor Júnior é favorável à ideia e acredita que as TVs vão incorporar as sugestões do manual de qualidade. Ele é contra a volta da censura, mas defende a auto-regulamentação das emissoras para aprimorar os conteúdos dos programas das TVs e das rádios.

A professora Tânia Montoro é pesquisadora do tema televisão e sociedade, e desenvolveu uma tese para a UnB intitulada *A Construção do Discurso da Violência na Televisão*.

Ela pesquisa a programação de televisão há dez anos e disse que "o discurso televisivo é feito pensando exclusivamente na audiência e não na qualidade da informação". A professora luta há vários anos pela instalação do Conselho de Comunicação Social, que já foi criado, mas ainda depende de regulamentação.

Hartung quer retomar prerrogativa do Senado

Projeto do senador destina-se a evitar que o Executivo fixe limites para operações de crédito, função atribuída ao Senado pela Constituição

Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) que estabelecem limites para as operações de crédito do setor público podem ser sustadas, caso seja aprovado projeto do senador Paulo Hartung (PSDB-ES). A idéia do senador é garantir as prerrogativas do Senado na matéria, conforme dispõe a Constituição.

— O Conselho Monetário Nacional vem, desde 1989, exercendo atribuições que, a rigor, são do Po-



Para Hartung, Conselho Monetário exerce atribuição do Legislativo

der Legislativo. A Resolução 2.461, de 1997, e suas alterações posteriores, que tratam do contingenciamento do crédito ao setor público, foram editadas no uso de tais atribuições — exemplifica o senador capixaba.

Paulo Hartung acredita que a medida vai restabelecer competências constitucionais do Congresso Nacional. Ele argumenta que a própria Constituição prevê a sustação pelo Congres-

so de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.

— Ao fixar limites para as operações de crédito do setor público, o Executivo extrapolou os limites da delegação legislativa, na medida em que invadiu a competência privativa do Senado Federal em dispor sobre os limites e condições das operações de crédito de interesse dos entes federados, especialmente dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, conforme dispõe a Constituição e a Resolução 78, do Senado Federal — observa o senador pelo Espírito Santo.

Proposta de Estevão garante recursos para cinema nacional

Cinco por cento da renda auferida nas bilheterias com a exibição de filmes estrangeiros deverão ser destinados ao financiamento do cinema nacional, segundo

projeto de lei apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF). O senador, que anunciou seu projeto na sessão plenária de sexta-feira, pediu apoio do governo à proposta, alegando que será de interesse da cultura brasileira.

Luiz Estevão lembrou que os senadores Lauro Campos (PT-DF) e Francelino Pereira (PFL-MG)

também já apresentaram projetos semelhantes e pediu que se juntem na defesa dessa proposta. De acordo com o senador, cinco por cento da renda auferida nas bilheterias com a exibição de filmes estrangeiros representam recursos da ordem de R\$ 12 milhões por ano, o que daria para financiar quatro filmes do porte de *Central do Brasil*.

— O cinema é uma indústria e uma das maiores no setor do entretenimento, por isso deve receber suporte financeiro. Somos um país riquíssimo culturalmente, com grandes artistas, mas nossa língua é de difícil aceitação em outros países e nossa cultura é pouco consumida em todo o mundo. Já pa-

íses desenvolvidos, como a Itália, não fazem apenas um filme para o seu mercado, o que viabiliza a possibilidade de investimento no produto que fabricam — observou.

Na justificativa do projeto, o senador informa que se inspirou na idéia lançada em uma entrevista à imprensa pelo diretor de *Central do Brasil*, o cineasta Walter Salles Jr., de que o filme estrangeiro exibido no Brasil contribua para o financiamento do produto nacional. O resultado da premiação do Oscar, criticou Luiz Estevão, é ditado por interesses financeiros e não exatamente

por interesses culturais. Ele disse que a globalização econômica, com reflexos nas empresas estatais, que estão sendo vendidas, e em diversos serviços no país, deveria também ser estendida à cultura nacional. “Até hoje não vi o governo se esforçar para globalizar a cultura brasileira”, observou.

Em apertados, os senadores Lauro Campos e Marluce Pinto (PMDB-RR) apoiaram a proposta. Lauro Campos agradeceu a Luiz Estevão por incluir sua proposta original no projeto, e reclamou que 80% a 90% de suas idéias são abortadas durante a tramitação no Congresso. O senador petista considera necessário que o cinema receba ajuda financeira para poder expressar a criação cultural.



Estevão inspirou-se em idéia do diretor de *Central do Brasil*, Walter Salles Jr.

Emilia pede financiamentos habitacionais para mulheres

Com o objetivo de reduzir as desigualdades do país, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) apresentou projeto de lei determinando que os financiamentos habitacionais para mulheres chefes de família terão prioridade, na mesma lista que prioriza os conjuntos habitacionais destinados à eliminação de favelas e mocambos. O mesmo projeto dispõe que, dos recursos destinados ao setor habitacional, no mínimo 20% serão destinados às arrimo de família.

A senadora definiu chefe de família como aquela que, comprovadamente, é responsável pelo sustento e manutenção da prole, conforme comprovação efetuada mediante justificativa judicial. Ela quer também que, na distribuição de recursos para financiamentos habitacionais, por faixa de renda familiar ou por qualquer outro critério, seja obedecida

a proporção que favoreça a mulher arri-mo de família.

Emilia Fernandes argumentou que, no Brasil, o número de mulheres chefes de família tem crescido significativamente nos últimos anos. Amparada em dados do IBGE, ela informou que a mulher brasileira assumiu a condição de sustentadora da prole de 20% dos cerca de 38 milhões de famílias, abrangendo um total de 7,6 milhões de mães chefes da casa, em 1993.



Emilia aponta crescimento do número de mulheres chefes de família

Também disse que as estatísticas brasileiras revelam grandes desigualdades, provocadas ora pela condição feminina, ora pela ocorrência de discriminações no mercado de trabalho e até pela crise generalizada dos empregos. Para ela, esse universo de mulheres responsáveis pela manutenção da família e de seu abrigo “tem competido de forma desigual no mercado imobiliário, que lhe oferece restrito acesso aos programas convencionais de financiamento habitacional”.

— Faz-se portanto imprescindível a correção dessa distorção, criando-se mecanismo de destinação de recursos oficiais ao financiamento de habitação para mulheres chefes de família — destacou Emilia.

Lauro Campos propõe volta do gatilho salarial

Projeto de lei apresentado pelo senador Lauro Campos (PT-DF) institui o reajuste automático de salários, vencimentos, soldos, pensões e proventos de aposentadoria e demais remunerações toda vez que a inflação atingir 10% no curso dos doze meses a partir da última data-base. O índice inflacionário será medido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por qualquer outro índice que porventura venha a substituí-lo. O projeto será apreciado, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Conforme o senador, o recente re- crudescimento das taxas inflacionárias demonstra que os salários não são responsáveis pela alta de preços,



Lauro Campos

de modo que o reajuste “apenas restabelece o poder aquisitivo dos assalariados. Para o controle da inflação, dispõe o governo federal de outros instrumentos”. A proposta prevê que o reajuste será acionado quando a inflação superar 10%, porque “percentuais superiores de corrosão salarial serão tremendamente danosos não apenas para os trabalhadores, mas também para a economia como um todo”, justificou o senador.

Outro argumento apresentado por Lauro Campos em defesa de seu projeto refere-se à expectativa de que a economia brasileira sofra forte desaceleração em 1999, com queda do PIB de até 5%: “A retração do poder aquisitivo dos assalariados reduzirá o consumo das famílias e, conseqüentemente, aprofundará a recessão no país”.

Tebet sugere uso de FGTS para pagar mensalidade escolar

Projeto de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) propondo a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de parcelas de anuidades escolares está sendo examinado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR). A proposição é válida para o titular do FGTS, seu cônjuge e filhos que estiverem matriculados nos níveis médio e superior de estabelecimentos particulares de ensino. Prevê, ainda, que os recursos do FGTS para as escolas ou faculdades serão repassados trimestralmente.

Ao justificar a proposta, que modifica a legislação sobre o FGTS, Ramez Tebet argumenta que ela objetiva possibilitar “aos futuros beneficiados o acesso a escolas de níveis mais elevados e garantir que também tenham condições de permanência e conclusão dos cursos em que estiverem matriculados”. O senador reforça seu argumento lembrando que a Constituição determina, como dever do Estado para com a educação, facilitar o acesso de qualquer trabalhador a níveis mais elevados de ensino.

— É fato notório que muitos trabalhadores que estudam em escolas de ensino médio e faculdades particulares, pelas suas

condições sociais, são obrigados a atrasar os pagamentos das parcelas da anuidade. O fato causa, por um lado, um índice de inadimplência gigantesco e, por outro, quando o trabalhador

consegue manter em dia os pagamentos ou quitar sua dívida, faltam-lhe recursos para adquirir material escolar ou fazer frente às próprias despesas domésticas — acrescenta Ramez Tebet.



Tebet recordou inadimplência “gigantesca”